

INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NA ESTRUTURA E COMPORTAMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Pag. 15

O Brasil tem características específicas em relação aos demais países da América do Sul na sua formação e desenvolvimento econômico, social, político e cultural. No entanto, como os demais, esteve subordinado ao sistema colonial, inicialmente, e, em seguida, ao sistema imperialista mundial. Isto deve servir como guia de análise e levar-nos a fazer uma série de observações para esclarecer a situação em que se encontra o Brasil, especialmente no seu relacionamento inter-étnico, as conotações ideológicas específicas criadas para justificar (teórica e empiricamente) tanto o sistema colonial, no passado, como o imperialismo no presente, e, ao mesmo tempo, como foi possível manterem-se os mecanismos determinantes da formação e desenvolvimento de uma ideologia mistificadora como a da *democracia racial*.

Parece-nos que o mais importante como caráter diferenciador entre as sociedades formadas nos demais países da América do Sul e o Brasil, é a proporcionalidade da escravidão negra, a sua duração, a sua distribuição geográfica e as soluções encontradas para a sua extinção.

Sem querermos entrar em análises comparativas, devemos salientar, porém, que em nenhum país da América do Sul a escravidão foi tão importante numericamente, teve distribuição de âmbito nacional e durou tanto tempo como no Brasil.

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante – por exemplo a Colômbia e o Peru – houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram concentrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualar aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo.

O sistema escravista imporá o seu ritmo de desenvolvimento e crescimento a todos os demais níveis de interação da sociedade brasileira, fazendo-nos, como não podia deixar de ser, em conseqüência do pequeno nível de dinamismo desse tipo de sociedade, um país com atrasos históricos, sociais, políticos e culturais imensos, conforme veremos depois. O sistema escravista determinou em toda a extensão geográfica do Brasil o seu ritmo de desenvolvimento e o conteúdo fundamental das suas relações interétnicas.

Destacando este caráter nacional da escravidão brasileira, Skidmore escreve: “Como resultado, todas as regiões geográficas importantes tinham um percentual...

Pág. 16

...significativo de escravos entre a sua população total. Em 1819 conforme estimativa não oficial, nenhuma região tinha menos de 27% de escravos na sua população total. Quando a campanha abolicionista começou, os escravos

estavam concentrados, em números absolutos, nas três províncias cafeicultoras importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Vistos como uma porcentagem da população total de cada região, no entanto, eles continuavam a se distribuir de maneira notadamente uniforme. Em 1872, quando os escravos eram 15,2% dos habitantes do país, nenhuma região tinha menos de 7,8% de sua população total em regime de escravidão, e a sua taxa mais alta era de apenas 19,5%. A escravidão tinha se espalhado num grau notavelmente similar em cada região do país”.¹

Quanto ao conteúdo das relações interétnicas veremos, no decorrer deste trabalho, como foi montado pelas classes dominantes, quer no Brasil Império ou República, um mito ideológico escamoteador de uma realidade altamente conflitante: o mito da *democracia racial*. Este engodo ideológico surgiu da necessidade de o colonizador português estabelecer dobradiças amortecedoras das contradições raciais que se apresentavam como ameaça de conflito social e racial permanente. A população negra, no Brasil, até meados do século XIX era superior a branca. Para que a grande massa mulata (negra portanto) não adquirisse consciência étnica, criou-se uma sociedade de estrutura aberta, fenotípica, na qual, enquanto permanecia a escravidão para os negros e pardos escravos, abria-se, para o mulato livre, um pequeno espaço social no qual ele podia circular com relativa liberdade, e, com isso, escamotear o fundamental que era justamente a contradição entre senhores e escravos.

Da necessidade do trabalho escravo subordinado ao sistema colonial, formou-se, no Brasil, uma sociedade poliétnica para produzir esse tipo de economia, e, ao mesmo tempo, uma ideologia capaz de amortecer a luta entre senhores e escravos. O exemplo do Haiti ainda era muito recente e abriu-se no Brasil, um dreno amortecedor, dando-se ao mulato um *status* étnico que ele não teve e não tem nos Estados Unidos. Como produtor básico da nossa economia, o escravo negro era considerado *coisa*, enquanto o mulato livre podia ter trânsito em alguns espaços da sociedade escravista.

O sistema colonial no Brasil atua conseqüentemente com certas particularidades. Não se interessa pelo aproveitamento do trabalho do indígena; na comparação que faz entre possibilidades das técnicas produtivas nativas e o valor da terra, cultivada por populações ligadas à agricultura, opta pelo extermínio das primeiras, a ocupação da terra e a importação, em larga escala, do negro africano como trabalhador básico. Enquanto em guerras sucessivas – Confederação dos Tamoios, Confederação dos Cariris, Confederação dos Guerens,...

Pág. 17

...entre outras – o índio é praticamente dizimado e/ou lançado para linhas divisórias cada vez mais distantes, o tráfico de escravos negros instala-se no Brasil como o elemento mais importante entre os mecanismos mantenedores do sistema escravista. Não iremos traçar, aqui, a grande tragédia que foi o extermínio que continua até os nossos dias. Este extermínio poderá ser tomado como um capítulo específico no processo de dominação colonial, mas está ligado, por uma série de elos de conexões, ao problema da escravidão negra no passado e à situação de marginalização do negro no presente.

¹ Skidmore, Tomas E.: - **O negro no Brasil e nos Estados Unidos**, in Argumentos, Ano I Nº 1, p. 44.

As antigas terras indígenas são ocupadas pelo colonizador português e o negro é trazido para trabalhar nas mesmas. Estão, portanto, montadas as bases do escravismo colonial que durante quase quatrocentos anos imprimiu o ritmo de desenvolvimento interno da nossa economia, da nossa vida social e da nossa cultura. Os índios cruzados com os brancos iriam constituir a grande plebe campesina e os negros seriam as populações ligadas ao trabalho escravo, juntamente com os pardos que não conseguiam carta de liberdade. Essas classes e camadas poliétnicas foram constituídas em consequência da destruição quase total do índio dono da terra, o cruzamento posterior de alguns desses grupos sobreviventes com o colonizador, e, basicamente através do tráfico de escravos negros vindos da África. O tráfico de escravos, dentro do contexto do sistema colonial será, por sua vez, um dos grandes fatores de acumulação capitalista das metrópoles.

Formadas as grandes companhias, apresadoras de negros africanos, os principais países europeus (Portugal, Inglaterra, Dinamarca, França, Holanda) dele se beneficiarão durante longo período, contribuindo para a consolidação e dinamização do escravismo nas regiões periféricas e do capitalismo comercial, mercantil e posteriormente industrial das metrópoles. Alguns dados ilustrativos mas não definitivos da realidade meramente aproximativos (pois havia a necessidade de esconder-se o contrabando) dão uma visão desse comércio e da sua importância:

1680-1786: - Escravos importados para as colônias inglesas da América: 2.130.000; só a Jamaica importou 40.000 escravos.

1776-1800: - Uma média de 74.000 escravos por ano foram importados para as colônias americanas, ou um total de 1.850.000.

Média anual para os ingleses: 38.000; portugueses: 10.000; holandeses: 4.000; franceses: 20.000 e dinamarqueses 2.000.

Conforme já dissemos, a existência do contrabando e outros fatores que influíam para minimizar o reflexo do tráfico, impedem que se tenha um apanhado exato do número de africanos importados na chamada *diáspora negra*. Vários estudiosos já abordaram o assunto, mas a nós parece que até hoje o número exato de negros africanos escravizados é desconhecido e não haverá mais possibilidade de se chegar a um levantamento estatístico exato.

Pág. 18

O certo é que, para estruturar-se o modo de produção escravista, os negros foram espalhados nacionalmente aqui no Brasil, conforme já foi visto. Para Arthur Ramos esses estoques foram distribuídos da seguinte forma:

1. Bahia, com irradiação a Sergipe, onde os negros escravos foram distribuídos para os campos e plantações de cana-de-açúcar, fumo, cacau e serviços domésticos urbanos e posteriormente os serviços de mineração na zona diamantina;

2. Rio de Janeiro e São Paulo, onde os negros foram encaminhados aos trabalhos nas fazendas açucareiras e cafeeiras da Baixada Fluminense e serviços urbanos;

3. Pernambuco, Alagoas e Paraíba, focos onde irradiou uma enorme atividade nas plantações de cana-de-açúcar e algodão do Nordeste;

4. Maranhão com irradiação no Pará, foco onde predominou a cultura do algodão;

5. Minas Gerais, com irradiação para o Mato Grosso e Goiás nos trabalhos de mineração do século XVIII.²

A base que produzia a dinâmica econômica dessa sociedade de escravismo colonial era a agricultura de exportação e a mineração. Por seu turno, para que se mantivesse esse dinamismo, havia necessidade do tráfico permanente de negros vindos da África, pois as condições sob as quais trabalhava o escravo negro levavam a que a sua média de vida produtiva fosse baixíssima: sete anos. O tráfico de escravos serviu, portanto para – internamente – manter o equilíbrio demográfico da estrutura e – externamente – contribuir para o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles européias.

Esta dupla função era conseguida através do que se convencionou chamar de *tráfico triangular*. Ora, o simples fluxo de escravos africanos vendidos explicaria a importância que o tráfico teve no processo de acumulação capitalista nas suas respectivas metrópoles. Isto somente seria possível através dessa modalidade de tráfico. Nesse processo, a Inglaterra, França e América Colonial forneciam as exportações e as embarcações; a África, a mercadoria humana e as plantações das colônias as matérias-primas que seriam enviadas às metrópoles como conclusão desta triangulação.

Para que esse tipo de comércio funcionasse sem contradições profundas havia a necessidade de um mecanismo regulador e controlador indispensável: o monopólio comercial.

O tráfico triangular criou, na Inglaterra, um ramo de capitalismo que poderíamos chamar de *negreiro*, porque todo ele estava subordinado ao desenvolvimento do tráfico triangular. Consistia em empresas de transporte naval e construção de barcos, fato que, por outro lado, determinava o crescimento de...

Pág. 19

...cidades, portos de mar como Bristol, Liverpool e Glasgow e a criação de indústrias fornecedoras de mercadorias ao tráfico triangular: tecidos de seda e comuns (*o pano da África*), escopetas, pólvora, munições de um modo geral, sabres, barras de chumbo, barras de ferro, artigos de ferro diversos, artigos de barro e cristal, colares, tecidos estampados e muitos outros.³

Este conglomerado de pequenas empresas industriais será iniciador da primeira etapa do tráfico triangular: a troca de mercadorias por seres humanos. A segunda etapa será a troca de seres humanos por mercadorias, produtos coloniais. A terceira será a troca dessa mercadoria por dinheiro nas metrópoles.

Se a Inglaterra tinha a Companhia das Índias para executar esse tipo de comércio, os outros países traficantes montaram empresas idênticas para a manutenção do monopólio de comércio colonial. Portugal, em relação ao Brasil, criou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Conforme escreve um estudioso da primeira delas “o grande impulso da política colonial do mercantilismo português data, porém, da abertura da segunda metade do século XVIII com a administração pombalina. O estabelecimento de Companhias privilegiadas era, então, deveras

² Ramos, Artur: - Introdução à Antropologia Brasileira. Ed. da Casa do Estudante do Brasil, R. de Janeiro, 1º vol. 1943, o. 324.

³ Mais detalhes sobre o tráfico triangular ver o livro de Eric Williams “Capitalism and Slavery” no qual, aliás, nos baseamos para expô-lo.

concordante com a política do ministro de D. José I. conhecedor do sucesso britânico, Pombal aplicou os ensinamentos aprendidos em Londres. Versado na intriga internacional, o déspota viu o sistema das Companhias o mais eficiente de livrar o reino e o império da ação sorvedoura do capitalismo estrangeiro fielmente representado pelas sucursais inglesas, estabelecidas em Lisboa". (...) "As companhias prestavam-se. Ademais, à planejada investida pombalina contra o poder político dos jesuítas. A intervenção da monarquia constitui parte essencial do processo fomentista de ultramar. Pombal apadrinhou as Companhias por ver nelas os meios de fortalecer o seu despotismo. Entrelaçam-se, com efeito, os dois objetivos do Estado Absolutista. O fomento ultramarino era, assim, um apêndice inseparável da política de Sebastião José de Carvalho e Mello, bem como um auxiliar necessário do seu programa de desenvolvimento econômico e defesa do patrimônio da coroa".⁴

Racionalizado esse processo pela Holanda, Inglaterra e Portugal iniciou-se depois, através do tráfico triangular, o saque às colônias.

Caracterizado a essência dessas companhias, Marx escreve que "o regime colonial deu um grande desenvolvimento à navegação e ao comércio. Daí nascerem as sociedades mercantis, dotadas pelos governos de monopólios e privilégios que serviriam de poderosas alavancas à concentração de capitais. O regime colonial – prossegue Marx – assegurou os mercados às nascentes manufaturadas, aumentando a facilidade de acumulação, graças ao monopólio do mercado colonial. ...

Pág. 20

...Os tesouros diretamente extorquidos fora da Europa, por meio do trabalho forçado dos indígenas reduzidos à escravidão pela concessão, a pilhagem e a morte, refluíram à mão pátria para funcionar aí como capital. "A verdadeira iniciadora de regime colonial, a Holanda, tinha já em 1684 alcançado o apogeu da sua grandeza. Ela era possuidora quase que exclusiva do comércio das Índias Orientais e das comunicações entre o sudeste e o noroeste da Europa. Seus barcos de pesca, suas marinhas, suas manufaturas, superavam as dos outros países" (...). "Em nossos dias a supremacia industrial implica na supremacia comercial; mas na época manufatureira propriamente dita é a supremacia comercial que dá a supremacia industrial".⁵

Havia mais, no entanto. Havia a necessidade de ideólogos que justificassem o saque colonial e a escravidão negra que lhe era inerente.

Mesmo um iluminista como Montesquieu, que condenava a escravidão teoricamente, quando chega no particular da escravidão negra é taxativo e brutal: " Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de escravizar os negros, eis o que eu diria:

Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram de escravizar os da África a fim de utilizá-los no desbravamento das suas terras.

O açúcar seria muito mais caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos.

⁴ Dias, Manoel Nunes: - A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, Ed. Universidade Federal do Pará, Belém, 1970, 1º vol. 1943, p. 324.

⁵ Marx, Karl: - A Origem do Capital (A acumulação primitiva). Ed. Fulgor, São Paulo, 1964, pp. 99/100.

Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los.

Não podemos aceitar a idéia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma, sobretudo uma alma boa, num corpo completamente negro (...). É impossível supormos que tais gentes são homens, pois, de os considerarmos homens, começaríamos a acreditar que nós próprios não somos cristãos”.⁶

Formada esta unidade mercantil-ideológica, inicia-se o processo de capitalização nas metrópoles e descapitalização.⁷ esta descapitalização permanente cria os primeiros germes de uma contradição que irá se aprofundando progressivamente à medida que os elementos de crise da nossa economia interna se agravam, e, ao mesmo tempo, a metrópole continua exigindo o crescente ritmo de exploração colonial. Isto tornava cada vez mais difícil esta capitalização na colônia e tal dificuldade irá refletir-se, posteriormente, no modelo das nações que irão surgindo nas regiões colonizadas e por este mecanismo descapitalizadas, de modo especial o Brasil.

Pág. 21

Diz Afonso Arinos, citado por Ivan Pedro de Martins: “Em meados do século XVI, a produção da América Portuguesa já era superior à da América Espanhola. Fernão Cardim, Gabriel Soares e o Padre Anchieta, todos cronistas quinhentistas, nos dão a cifra de 300.000 arrobas para a produção anual do açúcar brasileiro, no fim da centúria (mais ou menos 4.500 toneladas).”

Em princípios do século seguinte – segundo os Diálogos das Grandezas do Brasil – a produção vai ao dobro, 600.000 arrobas, que se vendiam a 300.000 cruzados – ou mais de 40 milhões de cruzeiros atuais. Essa riqueza só

⁶ Montesquieu: - Do Espírito das Leis. São Paulo, 1973. p. 215.

⁷ Por isto, diz Marx: “Não há dúvida de que vários chefes de corporação, muitos artesãos independentes e até operários assalariados, tenham conseguido ser, no princípio, capitalistas incipientes, e pouco a pouco, em virtude de uma exploração cada vez mais intensa do trabalho assalariado, seguida de uma acumulação correspondente, tenham saído por fim da sua casca capitalista completos. A infância da produção capitalista oferece, sob mais de um aspecto, as mesmas faces da infância da Idade Média, de onde a questão de saber quais dos servos evadidos seria o amo e qual o criado, era em grande parte decidida pela data mais ou menos antiga da sua fuga. Não obstante, esta marcha a passo de tartaruga não correspondia de forma alguma às necessidades comerciais do novo mercado universal, criado pelos grandes descobrimentos dos fins do século XV” (...) “ O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas da América; a redução dos indígenas à escravidão; seu internamento nas minas ou sua exterminação; o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais e a transformação da África em uma espécie de coelheira comercial para a caça aos negros, eis aí os processos idílicos da acumulação primitiva que assinalam a era capitalista em sua aurora.” (...) Os diferentes métodos de acumulação primitiva que era a capitalista faz nascer são repartidos em primeiro lugar, em ordem mais ou menos cronológica, em Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, até que esta última as combina todas no último terço do século XVII, em um conjunto sistemático, abrangendo ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema protecionista. Alguns desses métodos apóiam-se no emprego da força bruta, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim, de precipitar violentamente a passagem da ordem econômica capitalista e abreviar as fases de transição. E com efeito, a força é a parteira de toda a velha sociedade nas dores do parto. A Força é um agente econômico.” (Marx, Kael: - A Origem do Capital (A acumulação primitiva) Ed. Fugor, São Paulo, 1964, pp. 93/5).

tendia a aumentar e o valor dela em ouro dividido pelo número de habitantes dá a maior renda *per capita* em toda a nossa história.”⁸

No entanto isto não contribuiu para a acumulação de capitais nacionais de forma relevante. Pelo contrario. A descapitalização ou a capitalização em proporções insignificantes das colônias era um mecanismo inerente a esse tipo de economia e irá determinar, em linhas gerais, o modelo subsequente que se formará: o capitalismo dependente. No Brasil isto irá influir na estruturação e comportamento das classes que irão se estratificado com reflexos visíveis até os nossos dias.

2

Pág. 22

No auge desta produção de artigos coloniais há uma imbricação, uma identificação entre *divisão social do trabalho* e a *divisão racial do trabalho*. No caso do Brasil quem trabalhava nessa economia escravista era o negro. Daí porque quando o Brasil emerge como nação, suas classes dominantes têm de criar, também, o ideal de um *tipo nacional* e esse tipo escolhido é exatamente o oposto daquele que produzia a riqueza: é o modelo do antigo colonizador. Nessa sociedade poliétnica, com enormes contingentes de negros escravos forros, mulatos, curibocas, mamelucos e frutos de outros cruzamentos, o ideal escolhido como superior foi o *branco*. Criam-se, então, a partir daí, símbolos justificatórios dessa alienação e o negro passa a ser visto como inferior biológica, psicológica e culturalmente. Era, portanto, uma inversão de valores que se fazia e as classes dominantes impunham a ideologia do colonialismo, sendo o branco o ideal a ser atingido. No caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se, quando não se era branco, pelo menos a um tipo que na escala cromática estabelecida, mais se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do *branqueamento*. Os segmentos mestiços, para se classificarem nessa escala cromática têm também, de ascender na escala social. Um mulato pobre é negro, um mulato rico é *branco*. Todos procuram, por isso, dar as costas às suas matrizes étnicas e se voltam para o modelo branco como o objetivo a ser alcançado. Com isto se desarticula a consciência étnica desses segmentos, isolando-se, por outro lado o negro feno/genotípico o qual passa a ser radicalmente discriminado, inclusive pelos mulatos e outros produtos da mestiçagem, através de uma política de peneiramento das mais eficazes, e, ao mesmo tempo impossível de ser localizada para ser combatida.

Para tal, como complemento, criou-se o mito da benignidade da escravidão no passado e da *democracia racial* no presente. A permanência da escravidão até 1888, inibiu e traumatizou todas as possibilidades de uma alternativa democrática para a sociedade brasileira, especialmente nas relações inter-étnicas. Enquanto o capitalismo industrial se desenvolvia na Europa intensamente, nós aqui ainda permanecíamos esclerosados pela permanência da escravidão, fato que produzirá imenso atraso histórico em relação aos países que não sofreram escravidão colonial por tanto tempo e tão intensamente. Os latifúndio escravista impedia a formação de áreas de desenvolvimento de economia capitalista, fato que irá gerar a impossibilidade

⁸ Martins, Ivan Pedro de: - Introdução à economia Brasileira. Ed. José Olympio, R. de Janeiro, 1961, p. 25

de criar-se uma burguesia nacional capaz de liderar as transformações estruturais da sociedade da época.

O Brasil, por estas razões, não conseguiu acumular capitais capazes de livrá-lo de desembocar, obrigatoriamente, no modelo de capitalismo dependente. Uma coisa foi decorrente da outra. Somos, por isto, um país estruturalmente atrasado. Vejamos, a título de simples verificação, alguns desses atrasos, comparados com o dinamismo do capitalismo industrial europeu.

Pág. 23

- Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels é de 1848.
- A Lei Eusébio de Queirós que extingue o tráfico de escravos africanos no Brasil é de 1850.
- A Comuna de Paris é de 1871.
- A Lei do Ventre Livre é de 1871.

O atraso social e político, como vemos, é gritante. Enquanto já se questionava na Europa o sistema capitalista no seu sentido global, os traficantes brasileiros lutavam, ainda, no nosso Parlamento para que a lei que extinguiu o tráfico de africanos não fosse aprovada. Isto surge da incapacidade histórica de o Brasil acumular capitais para entrar na senda das nações capitalistas desenvolvidas. O fator fundamental deste atraso era o escravismo colonial. Não é por acaso, portanto, que o traficante é aquele – segmento que consegue acumular capitais ponderáveis. Quando Mauá procura fundar o segundo Banco do Brasil recorre aos seus capitais que, com a Lei Eusébio de Queirós, estavam imobilizados.⁹

Por outro lado, as áreas em expansão *modernas* – bancos, portos, estradas de ferro, expressas de transporte urbano e iluminação – são dominadas pelo capital estrangeiro que ocupa aqueles espaços econômicos da estrutura que teoricamente deviam ser preenchidos pelos capitais de uma burguesia nacional que não se completou. O escravismo colonial cria portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente que o substitui.

A formação do capitalismo dependente modelo que é altamente competitivo nas poucas áreas de prestígio, dinamismo e/ou lucrativas, cria, no outro pólo, grandes contingentes espoliados. Para compreendermos melhor esta dinâmica de sujeição/dominação como funciona atualmente, vejamos a nossa situação pouco antes da Abolição, ou seja, em 1882: População incluindo-se as cinco principais Províncias do País (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro) : trabalhadores livres: 1.433.170; trabalhadores escravos: 656.540 e desocupados 2.822.583. Como podemos ver, o número de desocupados é imenso e será o componente da franja

⁹ Mauá escreve nas suas memórias: “Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a *vontade nacional* estava ao lado do Ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-lo convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável (...) Consegui formar uma Diretoria composta dos melhores nomes da praça, como é sabido, diretoria que com pequena alteração me acompanhou durante a vida curta do primeiro Banco do Brasil” (Visconde de Mauá: - Autobiografia, com prefácio de Cláudio Ganns. Ed. Pongetti, R. de Janeiro, 1942, pp. 126/27.

marginal que caracterizará o capitalismo dependente que emerge desta situação. Esses grandes segmentos marginais estruturalmente subordinados do modelo serão compostos por negros e mestiços diretamente cruzados com eles.

Pág. 24

A abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas. Isto determina um trauma naquelas populações negras e mestiças egressas das senzalas que ficam sem ter onde se situar social e economicamente nesse tipo de estrutura. Por outro lado, continuamos dependendo de uma economia de exportação e de um produto exclusivo: o café. Com a importação maciça de imigrantes europeus (brancos), vastos contingentes populacionais poliétnicos são marginalizados, especialmente em São Paulo e nas demais zonas urbanas em desenvolvimento. O imperialismo entra como componente externo de dominação da mesma forma como o sistema colonial dominou o modelo escravista. Essas populações, por isso, não são aproveitadas e quando, em consequência de solicitações do mercado internacional, há necessidade de abrirem-se áreas pioneiras, em São Paulo, para a lavoura do café, vai-se procurar o japonês, deixando-se na marginalidade a população negra.

Isto, porém, fazia parte do mecanismo regulador do processo de dominação do imperialismo que exige, nas áreas de capitalismo dependente, grandes contingentes nativos marginalizados. Ao mesmo tempo, como elemento de controle social e político, descarta-se a prática de uma política democrática. O modelo que substitui o escravismo poderá ser definido da seguinte maneira: a) falta de um capitalismo nativo em proporção capaz de dar-lhe autonomia nacional; b) conservação da propriedade latifundiária; c) subordinação aos grupos, interesses e nações imperialistas; d) existência de um aparelho de estado altamente repressivo para impedir as manifestações da plebe marginalizada; e) a conjugação de formas arcaicas de produção e dominação com formas *modernas*, fato que, ao invés de resolver os problemas internos, agrava-os ainda mais e, finalmente, uma distribuição de rendas altamente concentrada.

O imperialismo permite a formação de um capitalismo dele dependente – parcial ou totalmente – nos países periféricos com concomitância de grandes áreas marginalizadas, oprimidas por um aparelho de Estado autoritário, despótico na sua essência e com pólos de segurança endógenos. Não se forma, em consequência desse conjunto de situações que se cruzam na estrutura, um mercado interno altamente desenvolvido e diferenciado a não ser para artigos de bens de consumo produzidos pelas chamadas multinacionais e cujos capitais retornam às metrópoles em forma de lucros máximos. Em consequência, não se estrutura uma burguesia nacional significativa como classe e ideologicamente independente, capaz de conduzir as formas de lutas que possam modificar o conteúdo do modelo atual. Não há, por isto, possibilidades efetivas de se fazer a revolução burguesa com e por essas burguesias nativas. Numa sociedade como a brasileira, com grandes contingentes marginalizados, a fim de manter-se o nível de lucro máximo das multinacionais, remanipula-se intensamente o símbolo do homem brasileiro como sendo o branco, para que o negro seja atirado às últimas franjas da sociedade como antimodelo nacional.

Pág. 25

Os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebéias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro *sob controle*. E a repressão do aparelho policial entra em contato corpo-a-corpo com o negro e segmentos marginalizados. A imagem do negro, por isso, passa a ser a de um desordeiro, criminoso, baderneiro e antibrasileiro. Podemos falar de um ítalo-brasileiro, um luso-brasileiro, um nipo-brasileiro como descendentes das suas respectivas matrizes colonizadoras naturalmente. Mas, quando se fala em afro-brasileiro a coisa muda e há uma série de restrições ao termo e de medidas repressivas porque o negro tem de ser apenas o cidadão sem raízes culturais, sem historicidade. Tem de ser apenas o ex-escravo.

Por tudo isso, durante a nossa formação histórica, as massas plebéias nas quais o negro se encontra em maioria esmagadora, foram as únicas que tentaram romper as estruturas destes dois modelos. Nos primeiros (o escravismo colonial) o único movimento que colocou em perigo a sua estabilidade foi a República de Palmares. Após a Independência são movimentos como a Cabanagem (1835-1838), a Balaiada (1835) e a Revolução Praieira (1848) que procuram, através da violência, desarticular e desmontar o modelo que estava se formando, saído das entranhas do escravismo.

Do primeiro desses movimentos – Palmares – podemos dizer que de 1630 a 1695, organizou-se na estrutura do escravismo colonial outro modelo que a ele se opunha frontalmente. Mas as estruturas de poder coloniais não podiam deixar que esse modelo se desenvolvesse e estabeleceu contra ele a mais feroz repressão. A sua destruição representou o fim da maior iniciativa realizada contra o regime escravista. Para que se tenha uma idéia aproximada das proporções da República de Palmares, basta que se veja as forças necessárias para destruí-la. Segundo Décio Freitas “em dezembro (1693) teve início a concentração de efetivos em Porto Calvo. Chegaram primeiro uns três mil homens – brancos, índios, mamelucos e negros do Terço dos Henriques – recrutados em Olinda, Recife e lugares circunvizinhos. O presídio de Recife foi literalmente esvaziado e os presos organizados em um corpo sob o comando do Capitão de Infantaria Bartolomeu Simões da Fonseca”. (...) “Este exército somava ao todo – incluindo as forças de Domingos Jorge Velho – mais ou menos nove mil homens. Chega-se a mencionar um total superior. O historiador alagoano Moreno Brandão fala em onze mil, mas essa cifra é escassamente objetiva. Em todo caso, eram forças militares como nunca antes a Colônia vira. Pode-se aquilatar a sua importância à luz do fato de que os holandeses aviam conquistado Pernambuco com pouco mais de sete mil homens. Não foi senão nas lutas pela independência...”

Pág. 26

...independência que se chegou a reunir um exército mais numeroso, cerca de quatorze mil homens”.¹⁰

¹⁰ Freitas, Décio: - Palmares – a guerra dos escravos, Ed. Movimento, P. Alegre, 1973, pp. 155/6.

Aquilo que poderíamos chamar de revoltas da plebe, esmagadas violentamente pela a estrutura de poder dominante (a Cabanagem deixou um saldo de quase 40.000 mortos), servem para desarticular o sistema e conseqüentemente dinamizar a sociedade brasileira através da violência. No Brasil republicano o exemplo da revolta da Marinha, liderada pelo marinheiro João Cândido, para constatar-se como a violência contra os movimentos negros e populares chegam a níveis genocídicos.¹¹

Enquanto isto, no pólo institucional e nas áreas econômicas que se desenvolvem, o imperialismo penetra folgadoamente e a burguesia brasileira ou se acomoda, encolhe-se numa sanfona política que vai de 1930 a 1964 como marcos significativos. E neste processo ela tem de assimilar, também, a ideologia do imperialismo.

O negro, por isto mesmo, é apresentado como modelo do delinqüente da nossa sociedade. De Zumbi a João Candido, nunca um negro foi julgado como preso político, mas, sempre, como criminoso comum. A imagem do negro criminoso, bicho papão invocado pelas mães quando os filhos não querem dormir, tido como criminoso contumaz pelos órgãos de repressão, é uma constante no subconsciente do brasileiro. Essa imagem, esse símbolo, não passa de uma justificativa das classes dominantes no sentido de mantê-lo nas favelas, alagados, cortiços, pardieiros e invasões, de um lado, e , de outro, impedir que os trabalhadores engajados no processo de trabalho reivindiquem melhores condições de vida e distribuição de renda, porque há permanentemente, uma massa de pressão marginalizada mantida pelo modelo neste sentido.

Este impasse histórico chegou, no momento atual, a uma situação crítica. Não há mais possibilidades de governar-se como antigamente, nem o povo, as massas trabalhadoras e/ou marginalizadas aceitam ser governadas como eram. De um lado, sabemos que o capitalismo dependente tem possibilidades de manter-se durante muito tempo, quer mediante o agravamento da repressão, através de um aparelho de Estado cada vez mais sofisticadamente violento, e, também, através de uma estrutura político-legislativa e administrativa subserviente, se não houver um movimento dinâmico/radical que o modifique. Além disto, pode usar os órgãos de comunicação de massas para neutralizar um minimizar a conscientização das grandes camadas oprimidas a que já nos referimos.

Do ponto de vista econômico a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo) poderá fazê-la. O contramodelo, pela primeira vez em nossa História, tem possibilidades de romper a carapaça do modelo atual e colocar, no seu lugar, a sua negação dialética, ou seja: o modelo socialista.

¹¹ Movimentos desse tipo como Canudos, Caldeirão, Contestado, Pau-de-colher e Mukers, entre outros, comprovam como somente a plebe oprimida conseguiu abalar ou ameaçar as estruturas dos modelos que aconteceram diacronicamente no Brasil: o escravismo e o capitalismo dependente.

E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido será chamado a ser um dos líderes desta revolução.